

Afonso XIII em Portugal (12 a 15 de Fevereiro de 1909). A Visita Real a Vila Viçosa e o seu impacto

TERESA NUNES*

INTRODUÇÃO

Num primeiro relance, a evolução política, económica e social dos dois vizinhos ibéricos destaca-se pelas diferenças assinaláveis. Não obstante terem percorrido um percurso semelhante no decurso do séc. XIX, muitas vezes até partilhado, o final da centúria de oitocentos marcou o início de uma clivagem ineludível no plano interno, com repercussões no âmbito diplomático.

Assim, o regime constitucional liderado por D. Afonso XIII procurava o engrandecimento de Espanha, consubstanciado no fortalecimento das instituições monárquicas e no crescimento económico e industrial do país, integrado no concerto das potências europeias e com elas surgia na partilha de expectativas e rivalidades expansionistas, características do período que antecedeu imediatamente a I Guerra Mundial. Ao invés, Portugal enfrentava uma situação económica e financeira débil, motivada por um índice de produtividade reduzido, cujos rendimentos decresceram na justa medida da diminuição da procura nos mercados externos, para o sector da vinicultura, ou do aumento da concorrência de novos parceiros, como a criação de animais e a exportação de carne. Do ponto de vista financeiro, a crise de 1891-1893

* Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras de Lisboa. Docente da Escola Superior de e Gestão de Santarém

demonstrou de forma evidente o quão dependente Portugal estava dos capitais estrangeiros e a respectiva recuperação implicou uma viragem na política alfandegária do país em 1892, agora de feição marcadamente proteccionista, bem como um amplo conjunto de medidas concebidas por políticos como José Dias Ferreira¹. O objectivo primordial consistia em minorar os efeitos e a expansão da crise financeira na economia portuguesa de então. Ainda assim, a moeda portuguesa não deixou de ser alvo de uma desvalorização e as condições de vida da população ressentiram-se de forma menos evidente. A resolução dos pagamentos ao exterior, temporariamente interrompidos, obrigou também à celebração de um convénio com os credores externos, em 1901, medida cujo objectivo de restaurar o bom nome do país nos meios financeiros internacionais não foi bem aceite em Portugal e ocasionou a fragilidade do governo em apreço. Longe de ser um caso isolado, a debilidade das instituições monárquicas portuguesas surgia como uma característica constante do período em análise. O reinado de D. Carlos I, iniciado sob o signo da cedência perante o Ultimatum Inglês, incidente habilmente explorado pelo Partido Republicano Português, que culminou na revolta republicana de 1891 no Porto, foi dominado pela instabilidade governativa, pelo processo de desagregação dos sustentáculos principais do rotativismo -os partidos Regenerador e Progressista- e pelo advento de novas forças partidárias cuja integração do quadro político da época determinou um enfraquecimento generalizado no campo monárquico constitucional. Já os sectores oposicionistas republicano, socialista e anarquista demonstraram um crescente de vitalidade, quer visível no seio das instituições, através dos representantes respectivos eleitos para a Câmara dos Deputados, quer na mobilização de uma frente de opinião com particular incidência nas camadas sociais das cidades de maior densidade demográfica. O combate à monarquia, personificada nos seus representantes, assumiu ao longo do reinado de D. Carlos I proporções diferentes e o ideal da República, perfilhado por parte da elite intelectual do país num primeiro momento, robusteceu, angariou novos adeptos, defensores de estratégias capazes de abreviar o processo de substituição do regime político em Portu-

¹ Sobre a crise financeira de 1891-93 e as medidas de combate aos seus efeitos existe uma extensa bibliografia, entre outros, Maria Eugénia Mata, "As Crises Financeiras no Portugal Contemporâneo: uma perspectiva de conjunto", *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, coord. de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 33-55; Pedro Lains, "A Crise Financeira de 1891 em seus aspectos políticos", *Idem*, pp. 57-79.

gal. Esta geração, mais jovem, aguerrida e imbuída de expectativas políticas num cenário institucional diferenciado, mostraram não ter pruridos em estabelecer alianças conjunturais com outros grupos, mesmo monárquicos, ou lançar mão a práticas conspirativas, com o intuito de derrubar a monarquia portuguesa. A geração de Afonso Costa, António José de Almeida ou Brito Camacho encontrava-se distante da geração de Teófilo Braga ou Manuel Arriaga, mas imprimiram um rumo político que culminará com a Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910. Para tal concorreu igualmente a apatia e indiferença das agremiações monárquicas relativas ao republicanismo. As quezílias partidárias e as rivalidades políticas contribuíram para engrossar as hostes republicanas com novos adeptos como a propaganda de novos conteúdos, amplamente difundidos nos periódicos republicanos em número e violência crescentes no decurso do reinado de D.Carlos I. Neste contexto, a ditadura de João Franco não só não desarmou a oposição ao regime, nem “caçou na coutada dos republicanos”, como a robusteceu e alargou a sectores do âmbito estritamente monárquico. A preferência do monarca pelo líder do Partido Regenerador Liberal e a política desenvolvida pelo mesmo concertaram a animosidade de todas as forças políticas com ou sem assento parlamentar. E a actuação das autoridade judiciais não desarmou aquele que viria a ser o braço armado da República - a Carbonária. D. Carlos I acabaria por personificar a aversão gerada em torno da figura e da política franquistas, patrocinadas pelo monarca. Em 1908, o assassinato do rei e do príncipe herdeiro comprovou o quão envolvido D.Carlos I estava na política da época e a forma como era contestado pelo mesmo motivo. Mas veio provar igualmente a debilidade da monarquia portuguesa e que a república já se pressentia. O afastamento compulsivo de João Franco após o Regicídio, cuja carreira política terminou com o desaparecimento físico de D.Carlos I, não motivou a desejada inversão sensível dos intuítos revolucionários já em curso.

Afastado o ditador, manteve-se o ambiente de conspiração. O reinado de D.Manuel II ressentiu-se disso; na prática, tratou-se de “tréguas da República à Monarquia”, mas o jovem monarca não conseguiu inverter a tendência da política e das instituições portuguesas, dentro e fora do espaço nacional. A figura frágil do órfão, transformado em rei pelo infortúnio do pai e do irmão, acompanhou-o sempre desde o início até ao final do seu curto reinado. Inaugurado sob o signo da Acalmação Nacional, os dois anos de reinado de D.Manuel II como monarca foram marcados pelos mesmos obstáculos: a difícil situação económica, a permanência do défice orçamental, a instabilidade social, a agitação política dentro e fora das câmaras, a contestação ao regime

e a fragilidade dos sucessivos governos que estiveram em funções de Fevereiro de 1908 até Outubro de 1910. As lutas partidárias entre os regeneradores e progressistas mantiveram-se com uma actualização decorrente do desaparecimento de Hintze Ribeiro, abrindo espaço de manobra a José Luciano de Castro para alargar a sua ascendência política junto do Paço e impedir a chegada do líder regenerador, Júlio Vilhena, ao executivo. Inquinadas as relações partidárias entre os dois grandes partidos da Monarquia, a tarefa governativa tornava-se mais difícil e, em breve, D. Manuel II via-se confrontado com uma situação muito semelhante à de seu pai, relativa à intervenção política necessária com o intuito de salvaguardar os interesses nacionais das quezílias partidárias. Numa conjuntura tumultuada, nem mesmo as tentativas de relançar a figura do novo monarca como a derradeira oportunidade de regaste do sistema constitucional português surtiram o efeito desejado. Pelo contrário, acabariam por ser aproveitadas pela oposição para denegrir e fragilizar ainda mais a figura real.

Com uma situação muito difícil, do ponto de vista interno, D. Manuel II não encontrava no exterior uma realidade diferente. O Magnicídio de 1 de Fevereiro de 1908 veio contribuir para o enfraquecimento da posição portuguesa no âmbito da Entente Cordiale, cujas potências integrantes viam com profunda apreensão os destinos futuros do regime monárquico constitucional português. Acrescia, a tal facto, a ideia generalizada, fruto da propaganda republicana, dentro e fora do país, de que a revolução republicana era uma inevitabilidade. Se um monarca forte, como D. Carlos, sucumbira aos intentos dos revolucionários, mais frágil seria a posição de um órfão de tenra idade, com escassa preparação e total inexperiência em matéria de governação do país.

No âmbito diplomático seria difícil D. Manuel II seguir o caminho traçado pelo pai. Contestado internamente, D. Carlos alcançara uma reputação apreciável em termos externos, patente na intensa actividade diplomática desenvolvida durante o seu reinado, entre 1889 e 1908. Nesse período, Lisboa foi alvo de sucessivas visitas de chefes de estado, retribuídas pelo anfitrião: Eduardo VII, o Presidente da República Francesa Loubet, a rainha Alexandra, Guilherme II e Afonso XIII visitaram em Portugal, num período relativamente curto entre 1903 e 1905², algo que comprova facto de Portugal constituir

² As visitas de Eduardo VII, Presidente Loubet, Guilherme II e Afonso XIII ocorreram em 1903 e 1905 respectivamente.

um dos pontos de referência da diplomacia, na época da Paz Armada. Assim, a monarquia portuguesa ressentia-se do desaparecimento do rei D.Carlos I, com destacada actuação diplomática no período antecedente à I Guerra Mundial. Longe de se conformar com uma função de satélite no alinhamento de forças políticas e militares europeias da época, D. Carlos I transformou Portugal num palco privilegiado por onde passaram os principais protagonistas políticos. Portugal ascendia ao estatuto de mediador de referência no quadro das relações diplomáticas tensas, marcadas pelo alinhamento das potências e as rivalidades crescentes entre as mesmas, dentro e fora do continente europeu.

A orientação diplomática do monarca português passava pela revalorização geoestratégica de Portugal bem como do seu império colonial, como forma de preservação do mesmo. Sendo conhecidas as apetências expansionistas germânicas em relação a territórios ultramarinos portugueses, bem como a fragilidade da posição portuguesa em África face a países com um potencial industrial, económico e militar de relevo, D.Carlos I optara pelo reforço da aliança tradicional inglesa, sem prejuízo do estreitamento de relações diplomáticas com outros países. Desta forma, seria possível manter o estatuto de neutralidade no âmbito do sistema de alianças, traçado nas vésperas da I Guerra Mundial.

Contudo, esta condição dependia largamente do posicionamento espanhol no mesmo contexto. A neutralidade portuguesa não subsistiria num quadro de beligerância espanhola, motivo pelo qual um dos vectores fundamentais da política diplomática de D.Carlos consistiu em dissuadir a Espanha de intentos belicistas e, se possível, atrai-la para o âmbito de influência das potências da Entente Cordiale, ainda que tal consumasse uma ruptura na política diplomática da nação vizinha, com apetência conhecida pela aliança diplomática com os impérios centrais. Os acontecimentos posteriores a 1908 demonstram o êxito da acção diplomática do monarca português, consubstanciado no afastamento espanhol da Tríplice Entente, bem como a neutralidade deste país no decurso do conflito mundial.

No entanto, o desaparecimento físico do rei D.Carlos contribuiu em si mesmo para o enfraquecimento da posição portuguesa no mesmo quadro. E a mudança de reinado, bem como o espectro revolucionário em torno das instituições portuguesas operaram uma viragem que se traduz numa aproximação preferencial da Inglaterra a Espanha, em detrimento de aliada portuguesa. A partir de 1908, a defesa dos interesses ingleses passava pela necessidade um aliado militar forte com capacidade de controlo efectivo sobre a charneira Mediterrâneo/Atlântico, requisito que Portugal, dotado de

uma boa situação geoestratégica mas provido com uma exígua frota naval³, não se encontrava habilitado a satisfazer na plenitude. As preocupações em torno da relevância da força naval não eram desconhecidas em Portugal. Antes foram amiúde reclamadas pela Marinha, debatidas e discutidas, dentro e fora do parlamento, sempre entendidas como instrumento de afirmação de soberania portuguesa no mundo, bem como o mecanismo essencial de preservação da integridade territorial ultramarina.

As carências portuguesas podiam ser colmatadas pela Espanha, cuja dinâmica de crescimento demográfico, económico e político nos primeiros anos do séc. XX, não passavam despercebidas na Europa antes de 1914. De resto, em 1902, data do início do reinado de D. Afonso XIII, a Espanha conheceu um surto demográfico, em muito resultante da diminuição da taxa de mortalidade. As estruturas económicas encontravam-se estimuladas através do incremento das fontes de produção, em especial no sector primário. O século XX inicia-se sob os auspícios da revolução técnica da agricultura, consubstanciado na melhoria da maquinaria agrícola, na difusão de adubos químicos e na vulgarização do regadio. A cultura cerealífera desenvolveu-se em face das necessidades e da procura do mercado interno, ao invés do sector vinícola, em recuperação desde 1892, ou da situação florescente em que se encontrava o cultivo da oliveira, da cana sacarina e em especial da laranja. O sector secundário espanhol registava igualmente um ciclo expansionista, não obstante algumas indústrias, nomeadamente têxteis se ressentirem da independência cubana no fornecimento de matéria-prima. No essencial, notava-se um alargamento da indústria siderúrgica e metalúrgica, cimenteira, química e conserveira, bem como um aumento exponencial da produção e consumo de energia eléctrica.

Globalmente, o “Desastre de 98” trouxe consequências favoráveis à economia espanhola através da repatriação dos capitais investidos nas colónias, agora de regresso à metrópole, facto que possibilitou a configuração definitiva do sistema bancário espanhol bem como o surgimento de novas instituições

³ No ano económico de 1909-1910, a frota naval portuguesa era constituída por um iate, seis cruzadores, uma corveta, dezasseis canhoneiras, três torpedeiros, quatro lanchas-canhoneiras, três lanchas, três transportes, dois rebocadores, três navios-escolas, um navio-depósito e um navio-depósito enfermaria. Projecto de Lei nº 5, apresentado na sessão nº 29 da Câmara dos Deputados, de 28 de Abril de 1909. *Diário da Câmara dos Deputados*, 28 de Abril de 1909, p. 6.

de crédito. Tal foi corroborada pela motivação política nacionalista de incremento aos vários sectores de actividade e de protecção dos interesses nacionais, comprovada na reforma aduaneira de 1906, orientada no sentido marcadamente proteccionista.

Esta dinâmica económica favorável acabaria por corresponder a políticas diplomática e militar diferenciadas. De resto, o ano de 1906 marcou a abertura da Espanha ao mundo e a sua afirmação como potência de relevo com interesses expansionistas, nomeadamente no norte de África. A Conferência de Algeciras concedeu à Espanha um espaço de entrada no continente africano a par da França, com o acordo táctico da Alemanha e a aprovação da Inglaterra. O ano de 1906 assinalava igualmente o momento da reconstituição da esquadra naval espanhola, uma força de importância estratégica, tanto na preservação dos interesses espanhóis na Europa como na desejada obtenção de territórios coloniais e respectiva ocupação⁴. Os acordos de Cartagena de 1907 acabariam por confirmar e consolidar a tendência anterior.

A viragem na política interna portuguesa acabaria por implicar uma viragem na política externa da vizinha nação ibérica através do maior estreitamento de relações entre a mesma e a Inglaterra. Mas não só. Trouxe ao colosso ibérico um reforço do revisionismo tradicional, defensor do processo de hispanização da península no seu conjunto. A eterna questão, então com uma actualização decorrente da fragilidade das instâncias políticas portuguesas, buscava fundamento na instabilidade política de Portugal e, certamente, nos efeitos perniciosos da mesma para a sólida monarquia espanhola. De facto, o fantasma da união ibérica surgia de novo. Para Afonso XIII, tratava-se sobretudo de agir em salvaguarda da integridade das instituições a que presidia. Neste contexto, e marcadamente a partir de 1909, revelava a total ausência de pruridos em reclamar, internacionalmente, o direito de intervenção militar em Portugal, em manifesta alteração da ordem pública e estado de anarquia generalizada, susceptível de contagiar o outro lado da fronteira⁵.

⁴ Hipolito de La Torre Gomez, *El Imperio del Rey. Alfonso XIII, Portugal Y los Ingleses (1907-1916)*, Mérida, Junta de Extremadura, 2002, p. 1.

⁵ Idem, p. 15.

Na prática, era mais uma forma de aumentar o poderio de Espanha em detrimento da pequena e convulsionada nação portuguesa, cujos territórios ultramarinos se encontravam no centro do palco de rivalidades das grandes potências. Assim, se a satisfação dos interesses germânicos poderia passar pela supressão da soberania portuguesa no mapa político africano, também a consolidação do poderio espanhol poderia implicar o apagamento da independência portuguesa do espaço europeu. A Espanha surgia desta forma a integrar uma corrente onde a Alemanha, mas também a Inglaterra, militavam desde 1898, data do acordo secreto que previa a repartição do império português entre ambas as nações⁶. O clima de Paz Armada vinha assim contribuir para susceptibilizar ainda mais a já difícil situação portuguesa, após o desaparecimento físico do rei D. Carlos. Eram conhecidas as convicções de Winston Churchill, então membro do Almirantado inglês, sobre a ruptura da aliança tradicional entre Portugal e a Inglaterra. Uma ligação desta potência com a Espanha seria certamente mais proveitosa para os designios imperiais ingleses. Neste contexto, Londres não deveria opor-se à eventual perda de independência portuguesa, se tal constituísse a satisfação dos intentos expansionistas espanhóis na Península Ibérica.

Tal orientação poderá explicar os motivos que levaram ao posicionamento britânico relativo a Portugal, acentuado a partir de 1908. A Inglaterra recusava a manutenção de negociações com vista à celebração de um acordo de natureza militar e naval, como reforço do tratado de amizade de 1899, situação extensível às relações comerciais, caracterizadas pela ausência de qualquer tratado desta índole, desde a revogação do Tratado de Comércio e

⁶ As cláusulas do Acordo secreto Anglo-alemão foram desde cedo, conhecidas em Portugal. De resto, os intentos germânicos de crescimento em detrimento da soberania portuguesa foram imediatamente contrariados no ano seguinte, com a celebração de um novo tratado entre Portugal e a Inglaterra. Contudo, os territórios portugueses voltariam ainda a ser alvo de nova disputa entre ambas as potências referidas, antes da Primeira Guerra Mundial, mais concretamente em 1913. E de novo, a hispanização da península surgia associada às pretensões germânicas. Tal facto acabaria por forçar Portugal à participação na Primeira Guerra Mundial mesmo sem contar com o entusiasmo inglês sobre a referida iniciativa. Hipólito de la Torre Gomez e Nuno Severiano Teixeira exploraram recentemente esta tese, defendida à época por Carlos Malheiro Dias. Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da Causa Monárquica*, pp.224-225. Veja-se também José de Almada, *Convenções Anglo-alemãs relativas às Colónias Portuguesas*, Lisboa, Estado Maior do Exército, 1946.

Navegação de 1842, no rescaldo da crise financeira de 1891-1893⁷. Entre 1908 e 1910, a única expressão de firmeza inglesa relativa aos interesses portugueses ocorreu no contexto de ameaça chinesa ao território de Macau, em 1909. A Inglaterra reagiu de imediato, com veemência, através da comunicação formal à China do total desacordo com um procedimento que constituía uma violação da soberania portuguesa na região. Na prática, vinha acautelar a eventualidade futura de uma agressão ao território sob a sua administração, algo que, no entanto, não deixou de servir os propósitos portugueses⁸.

Assistiam-se então aos efeitos, dilatados num tempo diferente e com novos protagonistas, da diplomacia de D. Carlos I. Portugal já não era se não um país à beira da convulsão, dotado de um vasto império cujas fronteiras definitivas só se definiram em 1895, vizinho de uma nação forte e poderosa, decidida a não perder o lugar de destaque, equivalente à sua grandeza económica, política e militar. E sendo ambas regidas por monarcas jovens, a distância entre os mesmos dificilmente poderia ser maior: “um César, outro Hamlet”. E o encontro de ambos, nos dias 12 e 15 de Fevereiro de 1909, tanto poderia antever expectativas como gerar animosidades ou polémicas. De resto, a natureza da entrevista régia ficou envolta pela indefinição, não sendo conhecidos os objectivos do encontro, as matérias tratadas ou mesmo as suas consequências, se as houve. Sem uma informação clara, a especulação cresceu de tom e invadiu as páginas dos periódicos das várias tendências políticas da época. Uns, de feição essencialmente monárquica, pugnavam favoravelmente pela vinda do monarca espanhol a Portugal entendida como um sinal da simpatia da Espanha pelas instituições portuguesas num período de grande

⁷ O Tratado de Comércio e Navegação, celebrado em 1842, foi revogado em 1892 e correspondeu a uma viragem na política aduaneira portuguesa, favorável ao protecçãoismo. Não obstante as boas relações existentes entre os dois estados, as negociações de um novo documento desta natureza arrastaram-se até ao final da monarquia constitucional, sem êxito. Seria necessário chegar às vésperas da Primeira Guerra Mundial para que fosse possível um entendimento entre as duas nações nesta matéria. Contudo, é de ressaltar o facto de os obstáculos nas negociações luso-inglesas não eram extensíveis a outras nações. Portugal esforçou e logrou a diversificação dos seus parceiros comerciais através do estabelecimento de Tratados comerciais com vários países: Espanha, em 1893, Alemanha, EUA, Suécia, Suíça, Noruega, entre outros.

⁸ José Almada, *A Aliança Inglesa. Subsídios para o seu estudo*, II vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1947, pp. 311-312.

instabilidade; mas outros, de cariz republicano em especial, ripostavam apreensivos com os verdadeiros intuítos da visita entre os dois reis constitucionais que, pela sua condição, detinham uma reduzida capacidade de intervenção política. Em última análise, a visita de D. Afonso XIII não traria qualquer benefício de vulto para o Estado português, alteração de fundo para a conjuntura política nacional ou sequer para o posicionamento de Portugal no concerto das nações europeias no período de Paz Armada. Mas nem por isso, a estada do monarca espanhol deixaria de ser amplamente aproveitada pela propaganda republicana como forma de denegrir a imagem de D. Manuel II.

A ENTREVISTA REAL EM VILA VIÇOSA

A especulação em torno da visita de Afonso XIII a Portugal iniciou-se desde o primeiro momento, isto é, desde o anúncio da vinda do monarca espanhol a Vila Viçosa. O alvo das atenções centrava-se então nos motivos da deslocação. O facto de ser uma visita de carácter particular contribuía para avolumar ainda mais o interesse e a polémica em torno do encontro real. Assim, permaneceriam envoltos em mistério os assuntos tratados entre os dois monarcas bem como as consequências do encontro. O local escolhido para o efeito, o Paço de Vila Viçosa, obedecia aos critérios de uma visita familiar, onde se pretendia um ambiente longe das pressões políticas e partidárias, dominantes nos centros de decisão. Na capital, seria difícil, se não impossível, iludir atenções e manter reserva sobre um encontro entre dois chefes de estado. Vila Viçosa apresentava assim a característica de constituir um sítio ideal onde ambos os monarcas se poderiam recolher, sem interferências de elementos estranhos ao mesmo encontro.

Não era a primeira vez que D. Afonso XIII se deslocava a Portugal. Em 1903, pouco tempo após ascender ao trono, o rei espanhol visitara oficialmente o vizinho ibérico, sendo então recebido por D. Carlos I. Apresentava-se como “um tímido adolescente, cujo carácter se estava ainda constituindo, e difícil seria, ao contemplá-lo com a sua palidez diáfana e a solenidade ingénua [...] prever que daquele corpo esbelto e frágil, daquela aristocrática e delicada figura, marcada pelos estímulos ancestrais dos Habsburgos, resultaria a vivacidade espanhola, a coragem intrépida, a alegria exuberante, a inteligência arguta, o tacto inextinguível do actual Afonso XIII. A esse tempo, a seu lado no banquete da Ajuda, no coche de D. João V, na tribuna do S. Carlos, sentava-se o vulto marcial e avantajado de D. Carlos, cuja robustez de hércules mais em

contraste deixava a delicada estrutura do monarca espanhol”⁹. Estas palavras do escritor e político português Carlos Malheiro Dias contextualizavam a imagem deixada por Afonso XIII na sua passagem por Lisboa e foram recuperadas na sequência da polémica surgida em torno do seu regresso a Portugal. O esclarecimento cabal dos boatos que rodeavam a entrevista de Vila Viçosa conduziram Malheiro Dias, então director da *Ilustração Portuguesa*, a Madrid, para averiguar as motivações objectivas da vinda de Afonso XIII a Portugal e, em especial, conhecer as causas do encontro entre os jovens monarcas. Recebido por Afonso XIII a 9 de Fevereiro de 1909, escassos dias antes de empreender a visita a Vila Viçosa, Carlos Malheiro Dias relatou, num artigo publicado no jornal e mais tarde recolhido no volume citado, as impressões deixadas pela organização da corte espanhola, bem como a respectiva relação da mesma com o seu monarca. Mas sobretudo, as ideias fundamentais a extrair do diálogo mantido entre o jornalista e o régio interlocutor. A entrevista, de curta duração, mostrou-se reveladora da atenção que a situação portuguesa merecia a Afonso XIII. De resto, logo após a entrada protocolar, o rei revelou-se um anfitrião atencioso para com o seu visitante português. Mas também curioso. Do diálogo travado entre ambos, o soberano espanhol mostrou ser um atento observador da realidade portuguesa e das dificuldades com que o seu homólogo português se defrontava. Mas manifestou-se igualmente interessado nos últimos acontecimentos da cena política portuguesa e não teve pruridos em questionar o interlocutor sobre os mesmos, como se de uma inversão de papéis se tratasse. Aliás, a visita a Portugal implicara igualmente uma conferência com o embaixador de Espanha no Brasil e, nessa medida, não surpreende o facto de Afonso XIII estar bem informado sobre a importância mantida pela colónia portuguesa nesse país. Mais: o monarca interessava-se pelos fluxos de migração portugueses e pelos respectivos destinos. Queria saber se o nível de emigração para as colónias africanas igualavam, em termos numéricos, a saída de mão de obra activa para o Brasil. À resposta negativa do jornalista que salientou a larga preferência pelo Novo Mundo, ao invés dos territórios africanos de soberania portuguesa onde predominava a presença de uma emigração burocrática, Afonso XIII não hesitou em demonstrar a relevância concedida ao império ultramarino: “Não importa!

⁹ Carlos Malheiro Dias, *Em Redor de um Grande Drama. Subsídios para uma História da Sociedade Portuguesa (1908-1911)*, Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, [s.d.], pp. 131-132.

- comentou o rei com optimismo. Tempo virá em que afluirão a África esses que agora vão para o Brasil, onde também o seu trabalho não é perdido para Portugal. E são uma garantia colossal para o futuro, esses grandes domínios coloniais: verdadeiros reservatórios de riqueza”¹⁰. Afonso XIII revelava claramente a visão expansionista dominante na sua política externa numa época em que Espanha era já reconhecida como potência contemplada na partilhada de África, em especial, na questão marroquina e se lançava, de novo, na conquista e ocupação territorial.

Quanto à política interna portuguesa, o soberano espanhol não demorou em interpelar directamente o interlocutor. Interessava-se por conhecer a visão de Malheiro Dias sobre a evolução política portuguesa mas também económica e, em especial, financeira. Quebrou o discurso do interlocutor com dúvidas sobre o estado das finanças públicas portuguesas e demonstrou apreço pela obra de João Franco, inacabada pelo seu afastamento compulsivo, no rescaldo do Regicídio. A caracterização económica do país vizinho, com largo défice também alimentar, levou-o a afirmar como uma das suas principais preocupações a promoção progressiva do território inculto espanhol. O diálogo não tardaria a proceder numa nova evolução, desta feita, para a imagem de fragilidade veiculada pelo soberano português, em contraposição com a força emanada pelo rei espanhol. O objectivo fundamental de Malheiro Dias consistia em averiguar as finalidades da visita de Afonso XIII a Portugal, assunto difícil de abordar directamente, e cujo intuito matrimonial era de carácter duvidoso para o jornalista. Contudo, a eventual ingerência de Espanha na política portuguesa, insinuada na imprensa nacional desde a chegada do Conde de La Union, seria uma temática de tratamento melindroso.

Neste contexto, Afonso XIII mostrou-se peremptório na recusa liminar em assumir o papel de referência em relação à conduta do seu congénere português. E uma vez mais, mostrando-se conhecedor e interessado pelos assuntos portugueses, refutava a imagem de debilidade de D.Manuel II: “Não se assistem aos horrores a que assistiu o rei de Portugal com a indiferença com que se vêem os touros da barreira... D.Manuel não é um desanimado. Em quasi todos os instantaneos reproduzidos na *Ilustração Portuguesa*, relativos à viagem ao Porto, se vê o rei a sorrir”¹¹. À ousadia do jornalista em pedir ao

¹⁰ Idem, p. 151.

¹¹ Idem, pp. 157-178.

rei de Espanha que aconselhasse e comunicasse ao monarca português o optimismo contagiante que o próprio Afonso XIII patenteava na relação com os súbditos, o monarca espanhol não hesitou na resposta pronta e enérgica: “Aí está uma cousa a que não me considero com direito! [...] Um rei não pode, mesmo a título de amigo, aconselhar um rei. Zelo muito a minha independência e a minha liberdade de acção para me autorizar a desacatar as do meu semelhante. Nesses casos, invocar a amizade é apenas procurar atenuantes para um erro. Um rei não pode procurar conselheiros fora do seu país. Nem o rei de Portugal precisa dos meus conselhos”¹². E o rei de Espanha concluía o diálogo com votos sinceros de prosperidade para Portugal, país irmão cuja sorte não era confessadamente indiferente ao monarca espanhol. Ainda assim, não entendia ser a conjuntura portuguesa, política, económica ou financeira, mais difícil do que fora a espanhola, escassos anos antes. E a avaliar pela dinâmica de afirmação espanhola da época -dentro e fora das fronteiras nacionais-, a possibilidade de resgatar a nação lusitana não era uma tarefa impossível, antes pelo contrário. Portugal mantinha, intacto, um amplo espaço de soberania no ultramar e carecia apenas de um esforço de normalização das finanças públicas e de relançamento da economia portuguesa, processo que se encontrava em marcha através da multiplicação de parceiros comerciais alternativos à sempre omnipresente Inglaterra. Tal facto permitiria uma viragem na melhoria das condições de vida e contribuiria para aplacar as reivindicações sociais responsáveis pela instabilidade crescente nos meios urbanos, solo fértil para a propaganda e actuação dos partidos anti-monárquicos.

Esta posição oficial de Afonso XIII relativa à evolução política do Estado vizinho e à instabilidade em torno do trono de D. Manuel II distanciava-se da atitude assumida no contexto internacional, em que o monarca espanhol primava pela vertente expansionista, não descurando sequer a possibilidade de enveredar por uma incursão armada em Portugal no sentido de pôr cobro às ameaças decorrentes do crescimento do republicanismo português, desfavorável aos regimes monárquicos em geral e não apenas à monarquia lusitana. A correspondência trocada entre Afonso XIII e D. Manuel II no período do reinado daquele último, demonstra claramente o paternalismo de rei espanhol em relação ao português, visível nos conselhos dirigidos ao órfão de D. Carlos I. Seja no contacto próximo aos estratos mais desfavorecidos da

¹² Idem, *ibidem*, pp. 158-159.

população, seja na proximidade com o exército, entendido como o garante das instituições monárquicas e do trono, seja no afastamento em relação à rainha D. Amélia, figura impopular em Portugal, devido à influência jesuítica e à conhecida religiosidade da mesma rainha. Em simultâneo, Afonso XIII lograva mostrar-se solidário para com o rei de Portugal, aconselhando-lhe a melhor forma de exercer as funções de monarca constitucional, dando-lhe os instrumentos para se tornar um governante assaz popular. Finalmente, arrogava-se do direito de intervir no país vizinho em caso de perigo e instabilidade para Espanha. Mas conseguiu igualmente ser o primeiro chefe de estado a visitar Portugal após o Regicídio e tal facto assinalava o fim do período de nojo da Família Real Portuguesa bem como a quebra do isolamento diplomático inerente ao mesmo.

Ao entrar em Portugal, Afonso XIII cumpria intentos antigos manifestados em carta ao seu congénere português sobre a realização de um encontro entre ambos. Mas o luto oficial de D. Manuel II impedia-o de se deslocar ao exterior bem como também não lhe permitia proceder a uma recepção oficial. Não seria admissível ao rei de Portugal receber um monarca estrangeiro sem antes efectuar uma visita oficial à segunda maior cidade do país, o Porto, -o que veio a acontecer em Novembro de 1908, por ocasião do aniversário de D. Manuel II. Só a partir de então o rei português se encontrava em condições de dar cumprimentos às aspirações de Afonso XIII. Tais factos surgiram relatados na imprensa da época, não obstante as tendências e respectivas leituras diferenciadas em relação a estes acontecimentos. O diário *Novidades*¹³, salientava o imediato desejo de Afonso XIII em se avistar com o rei de Portugal logo após o Regicídio, para um encontro de carácter íntimo, bem como as dificuldades inerentes ao mesmo, uma vez que D. Manuel “não podia deslocar-se de Lisboa antes de visitar oficialmente, o Porto e outras cidades do norte” assim como a vontade do último rei de Portugal em “não entrar no Paço de Vila Viçosa sem que um ano tivesse decorrido sobre o Regicídio” - algo só possível após o fatídico 1 de Fevereiro de 1909. Já o *Diário Ilustrado*¹⁴ atribuía a demora da visita a outros factores. Coincidindo no essencial com o periódico já citado, este, de feição regeneradora-liberal, conferia à visita do rei

¹³ “A Entrevista de Vila Viçosa”, *O Novidades*, Ano XXIV, nº 7574, 10 de Fevereiro de 1909, p. 1.

¹⁴ “El-Rei de Espanha”, *Diário Ilustrado*, 39º ano, nº 12:775, 12 de Fevereiro de 1909, p. 1.

espanhol uma nova dimensão: “as visitas dos chefes de estado entre si, encontram-se hoje consagradas como um dos meios mais eficazes de estreitar os laços de amizade e estima entre os povos, e até de tratar e servir os legítimos e peculiares interesses de uns e outros, sob muitos aspectos de vária ordem, que actualmente assumem as relações internacionais”. O periódico integrava esta viagem no âmbito alargado do contexto das relações diplomáticas onde as deslocações régias oficiais constituíam um denominador comum. Assim, o *Diário Ilustrado* ressaltava “a esta mesma hora, lá estão na Alemanha, os reis de Inglaterra, numa visita oficial claramente anunciada como demarche de natureza diplomática; e constantemente se vêm sucedendo factos análogos, com os chefes de nações da mais diversa índole e constituição política, desde a republicana França até à Rússia imperial e tradicionalista”. O jornal omitia qualquer referência ao facto de Portugal ter testemunha intensa actividade política no decurso do reinado de D.Carlos I. Tal facto poderá explicar-se pelo facto de não se pretenderem comparações, consideradas nefastas com o passado próximo, de desfecho trágico. Mas nem por isso a actividade diplomática do jovem monarca deveria ser coarctada. Muito pelo contrário. E o isolamento português após o Regicídio é ainda justificado pelo *Diário Ilustrado* por outras motivações que não as do luto oficial: “uma penhorante demonstração de afecto do Rei de Espanha pelo Chefe do Nosso Estado e, portanto, pela Nação Portuguesa [...] embora sob incógnito, é para nós, no período actual, duplamente apreciável, desde que o Regicídio e os acontecimentos que se lhe seguiram, por culpa do primeiro governo que El-Rei D. Manuel teve a infelicidade de possuir, criaram em torno de nós, nas relações internacionais e, porventura, até certo ponto, em volta do pequeno trono, uma atmosfera de frio, que o facto que hoje celebramos é o primeiro a quebrar de forma visível, apesar de extremamente reservada e cautelosa. Ora a verdade é que nós não merecemos esse isolamento, porque se é certo que a obra dos regicidas foi mais ou menos aplaudida por uma determinada facção, na imprensa e nos comícios, ela não representa, todavia mais do que uma minoria ínfima da população nacional e não constitui um partido de governo nem sequer uma corrente política afecta às nossas instituições legais”¹⁵. No

¹⁵ *Idem*, p. 1.

Jornal do Comércio, esta ideia não aparecia tão desenvolvida, contudo, não deixava de apresentar esta visita de natureza particular, anunciada há muito e desejada de parte a parte¹⁶.

A visita do rei de Espanha a Portugal, entre os dias 12 e 15 de Fevereiro de 1909, inseriu-se neste contexto de controvérsia. De resto, a própria natureza da visita, apelidada de íntima, parecia não esclarecer sequer os sectores monárquicos. Os republicanos, esses teriam uma atitude bem mais abrupta em relação à vinde do chefe de estado do país vizinho a Portugal. Os propósitos da visita foram igualmente questionados e sugestionados pela imprensa de tendência vária, em especial republicana, bem como as eventuais consequências do encontro de Vila Viçosa.

Tal facto pode ser apreciado pela leitura do editorial de *O Século* de 12 de Fevereiro de 1909 onde, com o título de “Conjecturas e Hipóteses”, o jornal analisava um leque muito maior de possíveis motivações para a deslocação de Afonso XIII a Portugal. E incluía os assuntos familiares a par de outros como o estabelecimento de um tratado de aliança favorável aos reinos ibéricos, não obstante considerasse tal procedimento completamente destituído de senso prático. Assim, “nem a Espanha, na hora presente, tem inimigos externos a temer, nem que tivesse o nosso concurso poderia ser de apreciável utilidade. Por outro lado, também de pouco nos poderia valer o auxílio militar da Espanha, na sua situação actual”¹⁷. Sem descartar a eventualidade do tema da conferência se resumir às negociações para o futuro matrimónio de D.Manuel II, *O Século* não deixava de discorrer longamente sobre as consequências da eventual união ibérica. “A Espanha moderna não pensaria, decerto, em incorporar Portugal na sua nacionalidade, pela violência das suas armas. Mas há hoje fórmulas suaves de aliança que, não ferindo tão brutalmente a delicadeza dos sentimentos dos povos, no fundo correspondem ao mesmo. A própria Espanha reconhece que a sua unidade correria perigo, não no imediato, mas no futuro, se não desse hoje aos povos diversos que constituem esse todo uma liberdade e uma autonomia que abrandasse o fervor das suas aspirações”¹⁸. O jornal concluía, afirmando que uma federação com a Espanha

¹⁶ *Jornal do Comércio*, 57º ano, nº 16:488, 11 de Fevereiro de 1909, p. 1.

¹⁷ “Conjecturas e hipóteses”, *O Século*, XXIX Ano, nº 9:755, 12 de Fevereiro de 1909, p. 1.

¹⁸ *Idem*, p. 1.

poderia engrandecer uma potência satélite como Portugal, na justa medida do perigo que representava para a integridade da soberania do estado português.

Mesmo após a saída de Afonso XIII de Portugal, a 15 de Fevereiro, o mesmo periódico repisa a temática do matrimónio real, bem como o desempenho do monarca espanhol nesta matéria. Através da evocação histórica, *O Século* lembrava não ser esta a primeira vez que a casa real espanhola procurava intervir directamente em assunto desta natureza e apelava à memória longínqua que remontava ao século XVI, e às providências de Filipe II de Espanha para salvar a dinastia portuguesa. Sem pretender estabelecer um paralelo entre ambas as situações, o jornal não deixava de retratar o monarca português “doente. O pobre rei de Portugal não parecia destinado a ter descendência, ou na melhor das hipóteses, a ter descendência viável. A circunstância, aparentemente contraditória, de ser Filipe II quem se prestava a casamenteiro do sobrinho, quando a não descendência deste favoreceria a sua política de engrandecimento de Espanha, pela absorção do nosso país, que assim receberia por herança, desmancha-se e esclarece-se em face dessa circunstância inatacável[...]”¹⁹. *O Século* ia mais longe e refutava tal justificação para a intervenção espanhola na resolução dos problemas nacionais, ou não tivesse sido a Casa de Bragança investida como titular da Coroa portuguesa justamente do confronto com a dinastia filipina e por oposição à mesma. Sem mostrar declaradamente animosidade para com o vizinho ibérico, o periódico não deixava de agitar o espectro da ameaça espanhola à soberania nacional. Assim, as relações entre ambos os países deveria reduzir-se ao âmbito estritamente indispensável da cordialidade devida e desejável aos estados soberanos. Uma temática desta ordem de grandeza, como o matrimónio real, deveria ser absolutamente alheia à acção e ou aos interesses espanhóis, sob pena de se revelarem um obstáculo insuperável para a soberania portuguesa.

A especulação mantinha-se nas páginas dos jornais, apesar da retirada do monarca vizinho em virtude da ausência de explicações oficiais sobre os fundamentos da visita de Afonso XIII a Vila Viçosa. Refutados os motivos íntimos, e desvalorizada a figura do rei constitucional no âmbito das questões fundamentais para os Estados, restava conhecer a natureza desta visita. E

¹⁹ *O Século*, XXIX Ano, nº 9:758, 15 de Fevereiro de 1909, p. 1.

nesta matéria, as críticas dirigiam-se não apenas à Casa Real Portuguesa e a D.Manuel II, mas também ao executivo, o qual, detentor dos motivos determinantes da vinda de Afonso XIII a Portugal, deveriam comunicá-los publicamente. Para tal, *O Século* fazia um paralelo entre os desempenhos dos reis de Portugal e Espanha: “Seja do plano oficial ou íntimo, a verdade é que na véspera da vinda de D. Afonso XIII, o conselho de ministros espanhol dedicou a sua atenção à evolução portuguesa. O rei D. Afonso XIII explicou os motivos da respectiva visita. Não parece que seja exigir muito pedir ao governo português que explique, por seu lado, de modo indirecto, a que obedeceu essa, de cujos intuitos, decerto há-de também ter sido informado por D. Manuel II²⁰”. E tê-lo-ia sido certamente, uma vez que a estada de Afonso XIII motivo uma conferência demorada no ministério das Obras Públicas entre Wenceslau de Lima, chefe do Executivo, o ministro do referido ministério, D. Luís de Castro, e Fernando de Sousa, administrador dos caminhos de ferro do Estado, de preparação da mesma visita, que foi sempre acompanhada por um representante do governo português, o ministro dos Negócios Estrangeiros, que se deslocou propositadamente a Vila Viçosa para apresentar os cumprimentos do executivo ao chefe de estado vizinho²¹.

Esta era apenas uma das vertentes em que a figura de Afonso XIII seduzia a imprensa nacional. Retratado como um monarca jovem, pleno de vitalidade e querido pelo seu povo que, malgrado as extremas dificuldades, conseguiu engrandecer através da sua actuação, Afonso XIII surgia, de forma consensual nos periódicos portugueses, como o exemplo de relevo e modelo inspirador do desempenho do monarca português. O tema, anteriormente explorado por Malheiro Dias e refutado pelo rei espanhol, seria amplamente desenvolvido nas páginas dos jornais de tendências político-ideológicas distintas, apesar das diferenças assinaláveis como salientavam as personalidades, as características, a educação e, como não podia deixar de ser, as circunstâncias de ascensão ao trono e as dificuldades inerentes, dos dois reis em apreço. Neste exercício comparativo patente nos periódicos monárquicos como republicanos, Afonso XIII era apresentado como uma figura de relevo dentro e fora das fronteiras do seu país. O carisma do monarca era descrito como sendo apenas um dos motivos determinantes do desempenho bem sucedido. A este não era

²⁰ Idem, p. 1.

²¹ *O Diário Ilustrado*, 39º ano, nº 12, 774, 11 de Fevereiro de 1909, p. 2.

alheio a preparação cuidada, disciplinada e rigorosa a que havia sido submetido antes de ascender ao trono espanhol, em muito devido à rainha D. Maria Cristina, figura determinante na sua educação, transformado “patriota apaixonado, cumpridor fiel da lei, hábil político e diplomata, pelo que dizem do seu trato sugestivo e insinuante, Afonso XIII tem auxiliado poderosamente a redenção da Ilustre Espanha²²”.

Contudo, parecia existir uma diferença assinalável, capaz de justificar a distância entre ambos os monarcas. *O Novidades* destacava-a, acentuava este facto e fazia depender dele o brilho de Afonso XIII, inexistente em D.Manuel II: Afonso XIII nascera para ser rei. A chegada ao trono, longe da forma abrupta e das circunstâncias sinistras da coroação de D.Manuel II, foi devidamente planeada: “viajou pela Europa; estabeleceu relações directas com os homens mais notáveis de quase todos os países europeus, constituiu o seu lar, desposando a mulher amada, é duas vezes pai aos vinte e três anos, faz-se homem rapidamente”, ainda antes de assumir a primeira magistratura de Espanha²³.

A conduta de Afonso XIII, após a assunção ao trono, era igualmente digna de apontamento e entendida como exemplo profícuo a D.Manuel II na relação com os súbditos, uma vez que, e apesar de o rei de Espanha ter sido surpreendido por dois atentados -em Paris, ao lado do Presidente Loubet e no dia do seu casamento, em Madrid- “não é a galope desfechado e entre baionetas que a sua carruagem atravessa as ruas de Madrid, como a do Rei de Portugal, por cobardia do primeiro governo do seu reinado, atravessou as ruas de Lisboa, na tarde de 4 de Dezembro [de 1908], nem os esquadrões se desloca, dos seus quartéis para o escoltar quando ele assiste, particularmente, aos espectáculos do Real ou de qualquer outro teatro de Madrid, e quando visita os estabelecimentos de assistência que correspondem ao Lactário de Lisboa, onde o segundo governo do reinado de D.Manuel, exibindo um ridículo pavor,

²² Idem, nº 12,:775, 12 de Fevereiro de 1909, p. 1; Idem, nº 12,:776, 13 de Fevereiro de 1909, p. 1. Para o *Jornal do Comércio*, “Afonso XIII era a pessoa ideal para acompanhar D. Manuel II. Sendo ambos reis moços, Afonso XIII já demonstrou a capacidade de governar em Espanha. D. Manuel II há-de vencer os obstáculos que se deparam”. *Jornal do Comércio*, 57º ano, nº 16:490, 13 de Fevereiro de 1909, p. 1.

²³ *O Novidades*, Ano XXIV, nº 7574, 10 de Fevereiro de 1909, p. 1.

obrigou Sua Magestade a comparecer, no domingo último, quase como se fosse presidir à abertura solene das cortes ²⁴”.

Neste contexto, a classe política espanhola surgia também como um elemento favorável à popularidade de Afonso XIII, ao invés da portuguesa, cujo procedimento no decurso do reinado de D.Manuel II não concorreu de forma a propiciar uma maior aproximação entre o monarca e a sociedade. Contribuiu, antes pelo contrário, para provocar um afastamento e o mesmo jornal questionava: “e digam-nos, em sua consciência, se El-Rei D.Manuel II, tão simpático, tão insinuante, tão nobre de intenções e tão querido do povo português, não merecia ter ao seu lado quem o aconselhasse a fazer o que os seus ministros responsáveis só permitiram que ele fizesse na tarde de 5 de Dezembro de 1908, para atenuar, de algum modo, o desastre do dia anterior...²⁵”. No entanto, a integridade física dos membros da família real acabaria por se tornar num tema caro aos sucessivos governantes portugueses após o Regicídio. E a presente visita era a prova irrefutável do cuidado devido às figuras públicas depois do atentado de 1 de Fevereiro de 1908. O dispositivo de segurança montado cumpria dois propósitos fundamentais: impedir qualquer ameaça à vida dos soberanos reunidos em Vila Viçosa, mas também conter qualquer intrusão de intimidade no Paço onde se realizava a conferência. A mobilização de meios obrigou à deslocação de reforços de Lisboa para o local, além do recurso às forças militares existentes na região para o acompanhamento e escolta enquanto durasse o evento.

A visita iniciou-se a 12 de Fevereiro de 1909, com a chegada de Afonso XIII à fronteira do Caia. O rei de Espanha deslocou-se em automóvel no percurso até ao Paço de Vila Viçosa após um trajecto de comboio que o trouxe de Madrid a Mérida. Seria acompanhado na estada em Portugal pelo marquês de Torrecilla e pelo general Rio e chegou ao palácio às 11h10 m. Esperavamos, à porta, os condes de Sabugosa e de Figueiró, membros da comitiva de acompanhamento do rei de Portugal e constituída ainda pelo marquês do Fayal, entre outros altos dignitários. Depois seria recebido por D. Manuel II e pela rainha D. Amélia na Sala dos Duques do palácio, onde teve ainda ocasião para receber os cumprimentos das autoridades militares, civis e eclesiásticas

²⁴ Idem, p. 1.

²⁵ Idem.

bem como da oficialidade dos corpos aquartelados no local. Após o almoço, breve, os monarcas tiveram oportunidade de conferenciar na presença da rainha D. Amélia. Da parte da tarde, os monarcas deram um passeio de automóvel fechado pelo Alandroal, Borba e Estremoz. O jantar contou com a presença do ministro dos Estrangeiros e do embaixador de Espanha, que regressaram a Lisboa, logo após o evento. Os dias 13 e 14 de Fevereiro pautaram-se pelo mesmo ambiente. Os soberanos conversaram longamente num cenário que se repartiu entre o palácio e os jardins do mesmo. A 15 de Fevereiro, Afonso XIII empreendia a viagem de regresso a Espanha, trajecto que obrigou à paragem em Elvas para uma recepção oficial com as autoridades locais. O rei de Espanha acabaria ainda por se deter em Vila Boim para retribuir a calorosa aclamação tributada pela população.

CONCLUSÃO

Longe de constituir um *fait divers*, a visita de Afonso XIII a Portugal e a entrevista de Vila Viçosa alcançaram na época uma relevância que foi esquecida ou desvalorizada por parte da historiografia contemporânea portuguesa. De resto, o fim do mesmo encontro não coincidiu nem contribuiu para a explicitação da sua natureza ou dos seus fundamentos; o mesmo será dizer que não pôs um ponto final na polémica instalada aquando do anúncio da vinda do rei de Espanha a Portugal. Apesar de ter concorrido para um reforço das relações entre ambos os monarcas, não restam dúvidas que o esforço de Afonso XIII não foi determinante para o reforço da figura de D. Manuel II, enquanto rei de Portugal. Ao invés, seria mais um argumento utilizado pela oposição republicana de contestação e crítica às orientações, estratégias e, naturalmente, opções da monarquia portuguesa.

Mas, se o reforço das instituições monárquicas em Portugal passavam pela celebração do matrimónio do rei, também isso não foi alcançado, a não ser tarde demais, após a destituição do soberano e o seu exílio, na sequência da revolução republicana de 5 de Outubro 1910. E, justamente neste contexto de perigo para a sobrevivência do regime monárquico constitucional português, o colosso ibérico permaneceu impassível, sem esboçar qualquer gesto em defesa da monarquia portuguesa, sem intervir militarmente em Portugal. A conjuntura de crise política portuguesa e as eventuais ameaças da mesma para o regime monárquico espanhol não provocaram uma alteração da política externa do vizinho ibérico, mesmo sendo conhecidas as aspirações de parte dos sectores conservadores espanhóis, partilhadas pelo próprio monarca, de hispanização

da península ibérica. Tal facto acabaria, no entanto, por condicionar a existência e as opções da jovem República Portuguesa e constituíram um dos factores da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, momento fulcral para a subsistência da soberania portuguesa no império. Mas também no espaço europeu, uma vez que, às dificuldades de reconhecimento oficial do regime republicano, implantado revolucionariamente, na sequência do Regicídio, com o auxílio das bombas da Carbonária, havia que contar com as disputas territoriais entre as potências imperialistas europeias, das quais a Espanha fazia parte, cada vez mais fortalecida dentro e fora das fronteiras e, por esse motivo, protagonista no estabelecimento de alianças, ofensivas e defensivas, no âmbito das relações diplomáticas que antecederam a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

BIBLIOGRAFÍA

Imprensa Periódica

Comércio do Porto, Porto, 1909.

Diário Ilustrado, Lisboa, 1909.

Ilustração Portuguesa, Lisboa, 1909.

Jornal do Comércio, Porto, 1909.

Novidades, Lisboa, Janeiro-Fevereiro de 1909.

O Século, Lisboa, 1909.

“Algeciras 1906: La gran partida del poder en Europa”, *La Aventura de la Historia*, Año 8, nº 37, Enero de 2006, pp. 37-55.

Estudos monográficos

ALMADA, José: *A Aliança Inglesa. Subsídios para o seu Estudo*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1947.

BRANDÃO, Fernando de Castro, *História Diplomática de Portugal. Uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

BRASÃO, Eduardo, *Relance de História Diplomática*, Lisboa, 1940.

CASTILLO-PERCHE, J. L.: *Diario Intimo de Alfonso XIII*, 3ª ed., Madrid, Biblioteca Nueva, 1999.

Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX. Actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, coord. de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

DIAS, Carlos Malheiro: *Em Redor de um Grande Drama. Subsídios para uma História da Sociedade Portuguesa (1908-1911)*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, s.d.

Idem, *O Estado Actual da Causa Monárquica*, Lisboa, Tip. José Bastos, 1912.

“EL Reinado de Alfonso XIII”, *Historia de España*, nº 26, Madrid, Historia 16, s.d.

FERREIRA, José Medeiros: *Um Século de Problemas. As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

GOMEZ, Hipólito de La Torre Gomez: *El Imperio del Rey. Alfonso XIII, Portugal Y los Ingleses (1907-1916)*, Mérida, Junta de Extremadura, 2002.

Idem, “Portugal Y España ante el Horizonte europeo de la crise del cambio de siglo (1890-1919)”, *Portugal, España y Europa. Cien Años de Desafío. III Jornadas de Estudios Luso-Españolas*, Merida, Universidad Nacional, 1991.

Idem, *Conspiração contra Portugal (1910-1912)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

LARREA, Julio López-Davalillo: *Atlas de Historia Contemporánea de España y Portugal*, Madrid, Editorial Síntesis, 2002.

MARTINEZ, Pedro Soares: *História Diplomática de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1992.

MARTINS, Rocha: *D.Manuel II. Memórias para a História do seu Reinado*, vol. II, Lisboa, Sociedade Editora José Bastos, s.d.

MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, Lisboa, Edições 70, 2002.

SERRANO, Carlos Seco, *Alfonso XIII y la Crise de la Restauracion*, Barcelona, Ariel, 1969.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

TORTELLA, Gabriel, *El Desarrollo de la España contemporánea. Historia económica de los siglos XIX y XX*, Madrid, Editorial Alianza, 2001.